ENTRE BARREIRAS E PERMANÊNCIA: VIVÊNCIAS DE UMA ESTUDANTE SURDA NO ENSINO SUPERIOR

Reila CAMPOS GUIMARÃES DE ARAÚJO[1]

Luiza RODRIGUES PARREIRA[1]

Cácia RÉGIA DE PAULA[1]

Calixto JÚNIOR DE SOUZA[2]

[1] Universidade Federal de Jataí (UFJ)

[2] Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde /GO

Eixo 05 - Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Agência Financiadora: não se aplica

E-mail: reilacampos@ufj.edu.br

Palavras-chave: Deficiência Auditiva. Educação em Saúde. Enfermagem.

Resumo

O presente estudo empírico descreve a experiência de uma estudante universitária surda, de etiologia genética hereditária, acerca de sua vivência no ensino superior. O objetivo foi compreender, por meio do método narrativo, os processos de inserção e permanência dessa acadêmica, visibilizando suas experiências, percepção de si, potencialidades, fragilidades e relações interpessoais. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, fundamentada na metodologia da pesquisa narrativa, cujos dados foram produzidos a partir dos relatos biográficos da participante. Os resultados evidenciam barreiras significativas ao longo do percurso formativo, tais como: escassez ou ausência de intérpretes de Libras, falta de adaptações curriculares em aulas práticas e incipiente sensibilidade docente na efetividade da comunicação e na apreensão dos conteúdos. Emergiram, ainda, expressivos desafios pessoais e institucionais para a adaptação à realidade acadêmica. Conclui-se que há uma necessidade imperiosa de fomentar espaços coletivos de escuta e discussão na universidade, articulação fundamental para a construção de estratégias que mitiguem barreiras e assegurem, de forma efetiva, a inclusão e a permanência democrática no ensino superior.

1. Introdução

É por meio da linguagem que o ser humano modela seus pensamentos, sentimentos, emoções, esforços e seus atos, utilizando-se dela para compreender sua vida cotidiana, seu meio social, suas adversidades, tensões e problemas por isso, a linguagem se torna um meio de conhecimento cujo objeto principal reside além de si, se tornando transcendental (Souza; Senna, 2023).

Não foram pensadas e elaboradas metodologias de ensino que pudessem incluir e preparar uma aluna surda para a graduação em enfermagem e nesses espaços acadêmicos, quando há práticas inclusivas, em muitos casos, como se apresentam as universidades atuais, pode-se notar a segregação e hierarquização de acordo com as limitações, rendimento, comportamento e dificuldade dos alunos, sem que isso resulte em um acompanhamento pedagógico e práticas didáticas mais efetivas para o desenvolvimento intelectual e psicossocial das pessoas com deficiência (Bisol, 2010).

De acordo com Aguiar; Aguiar (2023) a inclusão de surdos no ensino superior é um tema significativo e desafiador e apesar dos avanços na promoção da educação inclusiva, ainda existem desafios que devem ser superados para garantir que os alunos tenham acesso igualitário ao ensino superior.

Incluir remete a uma real possibilidade da análise das políticas e programas que contribuem para o aumento das pessoas surdas nas instituições de ensino superior, detectando as barreiras que impossibilitam o progresso da acessibilidade (Antônio; Almeida; Farias, 2023).

No ambiente universitário, a maioria das pessoas que o surdo convive são ouvintes, que não têm o conhecimento da Libras (Ferreira; Miranda, 2024). Existem poucos estudos que abordem a história de vida de estudantes surdos no ensino superior, ainda mais nos cursos da área da saúde. Dessa forma, este estudo teve como objetivo principal narrar a experiência de uma estudante surda que frequenta o ensino superior, no curso de graduação em Enfermagem, bem como fazer uma autonarrativa dos possíveis entraves de comunicação e aprendizagem desde o ingresso até a permanência no curso.

2. Caminho Metodológico

Estudo descritivo, do tipo relato de experiência, pautado na abordagem narrativa sobre as vivências de uma acadêmica surda no ensino superior. O cenário do estudo foi o curso de Graduação em Enfermagem de uma instituição pública federal situada no sudoeste goiano, reconhecida como a única faculdade pública com essa habilitação na região e que conta com 16 anos de trajetória institucional. A imersão e as vivências

narradas estão contextualizadas em um ambiente universitário que abrange cerca de 140 alunos ativos regularmente cadastrados.

A formação é o resultado da rememoração e reflexão sobre experiências vividas, seja contadas oralmente ou por escrito, através de uma narrativa de vida que faça sentido para a acadêmica surda contando sua própria história. De acordo com Abrahão (2011) uma narrativa de vida trata-se de experienciar o momento elaborado pelo próprio memorial como o sujeito da narração.

Para vivenciar esse processo, é importante se envolver no momento presente e refletir sobre as experiências passadas. Então, é necessário narrar a trajetória da estudante surda que adentra o universo acadêmico e começa a se deparar com algumas barreiras, com questionamentos, sobre a sua permanência no Ensino Superior, tendo em vista que o dia mais marcante vivido pela aluna foi ingressar em uma Universidade Federal.

O arcabouço teórico que ancora a discussão desta autonarrativa foi estruturado a partir de uma revisão bibliográfica. A busca refinada nas bases de dados utilizou os termos indexados no DeCS e MeSH: "Educação de Pessoas com Deficiência Auditiva", "Educação em Saúde" e "Pessoas com Deficiência Auditiva", interconectados pelos operadores booleanos AND, OR e NOT.

A estratégia de busca sensível foi aplicada nas bases de dados PubMed, Biblioteca Cochrane, LILACS e no portal regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS/BIREME). Na base PubMed, a sintaxe estruturada configurou-se da seguinte forma: *"Education of Hearing Disabled"[Mesh] OR "Hearing Impaired Persons"[Mesh] OR "Education of Disabled"[Mesh]*. O levantamento bibliográfico ocorreu no período de fevereiro a agosto de 2023.

Sob a premissa de que a investigação narrativa constitui simultaneamente o fenômeno de estudo e a própria metodologia de pesquisa (Clandinin; Murphy; Mello, 2016), este caminho metodológico justifica-se pela necessidade de dar voz e visibilidade à trajetória de graduação experienciada pela estudante surda, preservando sua memória institucional e acadêmica. Conforme apontam Venas e Alves (2023), o ato de narrar permite que a história, a temporalidade e o ponto de vista do sujeito tornem visível a construção partilhada do conhecimento sobre si e sobre o seu fazer, refletindo-se diretamente nas relações interpessoais.

A coleta de dados ocorreu em 2023, por meio de entrevista narrativa em profundidade, mediadas por intérprete de Libras, gravadas em vídeo e transcritas para análise de conteúdo.

Os dados produzidos a partir da entrevista narrativa foram submetidos à Análise de Conteúdo, operada sob a perspectiva metodológica de Laurence Bardin (2011), desdobrando-se em três fases sistemáticas:

1. Pré-análise: Realizou-se a transcrição rigorosa do depoimento em vídeo (sinalizados em Libras e traduzidos para a língua portuguesa escrita) para a constituição do *corpus* de análise. Em seguida, procedeu-se à leitura flutuante do material, assegurando o cumprimento dos princípios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

2. Exploração do material: Nesta etapa de microanálise, o texto foi submetido a operações de codificação, decomposição e enumeração. Identificaram-se as unidades de registro (UR), formadas por núcleos de sentido baseados nos relatos da acadêmica de Enfermagem que, posteriormente, foram agrupadas por afinidade semântica para a categorização temática.

3. Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: Os dados brutos foram condensados e submetidos a análises reflexivas e inferenciais, confrontando as vivências narradas pela participante com a literatura científica sobre inclusão e formação em saúde. O objetivo foi desvelar as significações subjacentes, as contradições e os desafios empíricos de sua trajetória acadêmica.

Por se configurar como um relato de experiência de natureza autonarrativa, fundamentado teoricamente em fontes secundárias (levantamento bibliográfico) e sem a participação direta de outros seres humanos como participantes de pesquisa, o estudo dispensa a necessidade de tramitação em Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), estando em consonância com as diretrizes da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

3. Resultados e Discussão

Segundo Honora (2015) a deficiência auditiva é a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo em que a audição não tem nenhum funcionamento na sua vida diária, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva.

Não é muito comum uma criança nascer surda, há cada dez crianças nascidas uma seja surda, a surdez geralmente é desenvolvida na fase adulta decorrente de acidentes ou doenças (Honora, 2015). Para Hussein (2019), a surdez pode ser dividida em dois tipos sendo que a primeira delas afeta o ouvido externo ou médio e provoca dificuldades auditivas condutivas (também chamadas de transmissão), normalmente são tratáveis e curáveis. O segundo tipo envolve o ouvido interno ou o nervo auditivo,

chama-se surdez neurossensível, esta se origina no ouvido interno e no nervo auditivo, e infelizmente, esse tipo de surdez em geral é irreversível (Honora, 2015).

Para o autor acima, a perda auditiva neurossensorial afeta o ouvido interno e se caracteriza por lesões das células ligadas ao nervo auditivo, reduzindo assim, a eficiência na transmissão dos sons. Isso leva a uma menor percepção da qualidade e da intensidade do som, resultando em uma deficiência para ouvir e entender a fala. Ela pode afetar apenas um ouvido, sendo, nesse caso, identificada como perda auditiva neurossensorial unilateral, ou atingir ambos os lados, sendo chamada de perda auditiva neurossensorial bilateral.

A surdez está relacionada a faixa de decibéis (dB) e classificada em quatro níveis: leve (20 a 50 dB); Moderada (50 a 70dB); Severa (70 a 90dB) e Profunda acima de 90dB podendo ser classificada conforme o valor da perda, já na surdez congênita a criança desenvolve a deficiência na gestação podendo ser causada por uso de medicação que prejudica as células do ouvido, de causa hereditária ou de fatores ambientais e genéticos (Lima, 2006; Silva, 2021; Braga, 1988)

Os tratamentos usados na perda de audição no ouvido externo ou médio, é realizado a partir da utilização de medicamentos que combatem as infecções, ou cirurgias para fechar perfurações no tímpano ou drenar líquido contaminado do ouvido médio e a cura da surdez neurossensorial é considerada impossível, mas segundo Bento et al., (2021) os adultos e as crianças podem fazer implantes na cóclea.

Mas o que vem a ser um implante coclear? Implantes cocleares são aparelhos de alta tecnologia criados para promover som para adultos e crianças com deficiências auditivas. Este tipo de implante é o mais moderno, seguro e útil, segundo Rinaldi (1997, p. 38), que ainda afirma que “hoje é usado mundialmente por 8.000 pessoas, adultos e crianças”, com implante de 22 eletrodos pequenos, de platina, inseridos na cóclea por meio de uma cirurgia que dura cerca de duas horas sob anestesia geral.

O implante coclear atua na captação do som ambiente que, após ser analisado, é convertido em sinais elétricos codificados e transmitidos ao dispositivo implantado subcutaneamente na região retroauricular (Rinaldi, 1997). No contexto pediátrico, esses dispositivos são frequentemente recomendados por fonoaudiólogos sob a premissa de que, embora a compreensão verbal não ocorra de forma instantânea, o uso contínuo associado a processos terapêuticos de longo prazo viabiliza o reconhecimento progressivo de padrões sonoros (Bento, 2021).

O ensino superior é desafiador para todos os jovens independente deles terem ou não uma deficiência. Pensando na inclusão da estudante surda no Ensino Superior

esperava-se que ela desenvolvesse além das atividades acadêmicas, a relação com colegas e professores, sendo estes requisitos essenciais logo no início, para as chances de êxito serem maiores. A aluna vai à faculdade, participa nas aulas, realiza as atividades e seminários para os trabalhos de grupo; contudo, quando o intérprete não se encontra na sala, acaba por ir embora porque o professor não sabe se comunicar.

Nas aulas práticas do curso a aluna encontrou muita dificuldade, necessitando de ferramentas mais acessíveis para que utilizasse bastante a visão. Segundo a comunidade surda, a visão fica mais aguçada para quem não escuta, e por esta razão os professores precisam usar mais ferramentas palpáveis, de fácil observação facilitando a compreensão.

Foi durante a pandemia pelo SARS-COV 2 (COVID 19) que a estudante surda encontrou a maior barreira na comunicação. Por conta das medidas de segurança os professores tinham que utilizar máscaras para se comunicar durante as aulas, além disso havia as aulas remotas que tiveram problemas de conexão com a internet. A iniciativa em construir essa narrativa foi despertar nos professores, coordenadores e estudantes universitários a reflexão sobre as dificuldades no processo de adaptação da pessoa com surdez dentro do universo acadêmico, ou seja, na universidade. É preciso compreender as barreiras de comunicação e acessibilidade que os estudantes surdos enfrentam durante a formação em bacharel no curso de Enfermagem.

Para Santos (2019) a equidade social de oportunidades e acesso ao Ensino Superior se mantém na generalidade, ou seja, mais teoria do que realidade, pois todos os jovens desejam aprender a vida com suas singularidades em toda a sua dimensão. Nesse sentido, Bisol et al., (2010) aponta que os estudantes com surdez que frequentam os cursos superiores se deparam com inúmeras barreiras para conseguir entender as novas informações e os novos conhecimentos.

Segundo Goffredo (2004) os estudantes surdos possuem várias necessidades educacionais que vão desde o ingresso até a permanência do estudante no Ensino Superior, portanto é preciso algumas estratégias para que estes alunos consigam permanecer dentro da universidade como participantes ativos. Isso significa que muitos professores, ao receber um aluno surdo em suas salas de aula, transferem a responsabilidade, daquele aluno surdo, ao profissional tradutor-intérprete de Libras (TILSP), como se este fosse então o regente da aula e turma (Bastos, 2022).

Para Bisol et al., (2010) vários problemas enfrentados pelos estudantes surdos retardam sua aprendizagem, dentre eles podemos citar a “demora no recebimento das informações (tempo entre o que é falado e a tradução); a falta de contato visual enquanto

o professor escreve no quadro, caminha pela sala ou lê um documento, o que impede a leitura labial; perda de informação quando é preciso escolher entre olhar para o intérprete ou observar o professor".

Ser uma instituição inclusiva vai além da contratação de um intérprete de Libras, o que torna bastante preocupante uma vez que o ingresso de alunos surdos no ensino superior vem crescendo a cada dia, dessa forma os professores devem atentar o mais rápido para as mudanças de conceitos e atitudes, bem como a própria universidade precisa garantir condições de acesso reais para que o processo de ensino-aprendizagem dos mesmos aconteça de maneira eficiente (Bisol et al., 2010).

Pensar em aulas que contemplem as singularidades dos alunos, ainda parece ser distante nas instituições de ensino superior. A disponibilização de mais profissionais para que atendam as demandas de tradução e interpretação ainda é questionada. Os alunos se sentem inseguros e sem autonomia, sentem desconforto ao achar que estão atrapalhando o decorrer do curso (Bastos, 2022).

A acessibilidade para pessoas com necessidades especiais na educação universitária, surgiu por meio da Portaria nº 1.679, de 1999, que aborda o tema sobre as exigências para autorização e reconhecimento de cursos. Portanto, depois de algumas reflexões sobre a portaria observa-se que ela se preocupou mais com a estrutura como: questões arquitetônicas, deixando a acessibilidade em relação a comunicação, aprendizagem, a adaptação e flexibilização na leitura e interpretação dos textos acadêmicos e outros.

Brasil (2001) nos diz que a luta dos estudantes surdos na aquisição dos seus direitos de inclusão é incessante, mesmo com uma política dos anos 90 até os dias atuais não existe uma inclusão de fato. Nesse sentido, Richartz; Oliveira (2021, p.1041) explica que o professor precisa se adaptar às particularidades de cada aluno surdo: há os que fazem leitura labial, os que ouvem um pouco com ajuda de aparelho e os que são completamente surdos.

Na inclusão de estudantes com surdez no ensino superior, é importante considerar a diversidade e as necessidades de cada aluno surdo. Existem diferentes graus de surdez, desde os que conseguem ouvir um pouco com ajuda de aparelhos auditivos até os que são completamente surdos. Sucintamente, a inclusão de estudantes com surdez no ensino superior requer ações concretas e um compromisso com a diversidade, visando garantir a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças.

No que se refere a convivência entre surdos e ouvintes Carvalho (2013) mostra que muitas barreiras ainda são encontradas, como uma certa repulsa do aluno ouvinte em relação ao surdo na convivência destes dois seres nos mesmos espaços, sabendo que este ignorar talvez nem seja preconceito, mais um certo medo de comunicar-se com alguém, que seja diferente com uma língua, e forma de comunicar diferente do padrão, é um certo estranhamento entre pares, porém, outra dificuldade encontrada por este estudante é com os professores que não estão preparados para atuar com a surdez dos seus alunos, no que se refere a adaptação e flexibilização de tarefas. Leite; Martins, (2012) nos afirma que a educação inclusiva, nos chama a atenção para o reducionismo da definição dessa expressão, uma vez que está associada imediatamente ao aluno com deficiência.

Para Silva (2006) as pessoas com deficiência causam estranheza num primeiro contato, que pode manter-se ao longo do tempo a depender do tipo de interação, e dos componentes dessa relação, assim, ressaltamos que a pessoa com deficiência têm dificuldades ao enfrentar o novo, de forma que os estudantes com deficiência ainda são recebidos nas instituições educacionais, com habitual estranheza.

Gesser (2009), escreve em seu livro sobre o processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos, que existe uma barreira na comunicação entre os estudantes surdos, ouvintes e os professores, que a participação em sala de aula desses estudantes acontece a maior parte das vezes com a ajuda do intérprete, porque os professores só utilizam a oralidade; a comunicação dos estudantes surdos com os colegas ouvintes é realizada através de gestos e escrita, e com o intérprete é feita através da LIBRAS; a comunicação com os professores faz-se maioritariamente com o intérprete e através de gestos e de bilhetes escritos.

Quanto à participação em sala de aula, os estudantes surdos afirmam que participam nas aulas, realizando as atividades propostas, integram os trabalhos de grupo, embora não gostem de estar nos grupos com os ouvintes e a maioria tenha dificuldade em comunicar-se (Silva, 2012). Segundo Lebedet (2017) os cursos da área da saúde os intérpretes não podem entrar em certos ambientes, pois poderiam causar algum tipo de constrangimento ao paciente atendido. Sendo muitas vezes esse profissional imprescindível no acompanhamento dos alunos surdos a fim de garantir a melhor compreensão do que está acontecendo naquele ambiente.

As barreiras atitudinais que não se deve ter são explicadas por Tavares (2012) porque, na verdade, estas barreiras estão bem presentes no meio escolar e social, assim ela se refere à barreira da substantivação, como por exemplo: Deficiente visual;

quando o adequado seria dizer: a pessoa cega ou a pessoa com deficiência visual, sem rotulação, o que rotula a pessoa conforme a pessoa o vê segundo o seu ‘achismo’.

Para que se tenha o elo entre aluno\escola\aprendizado o professor tem uma grande responsabilidade neste processo, como nos diz Silva (2012, p.16). Sem dúvida, a figura do professor é imprescindível, pois interage diretamente com os alunos [...], sim é o professor que está ali tendo conexão direta com seus alunos e o seu estudante especial seja ele surdo ou com outras diferenças, precisa desta conexão com seu professor para que ele se sinta parte do processo de ensino. Sobre ensino, Pimentel (2013, p.143), nos afirma para que o professor promova a adaptação curricular de modo a assegurar o atendimento à diversidade existente em sua sala de aula, ele precisa refletir sobre o currículo proposto, questionar os conteúdos existentes e objetivos previamente definidos, tendo como parâmetro a realidade de sua turma.

Quando falamos em adaptação curricular, não significa que agora o currículo tenha que ser diferente dos outros estudantes, não é isso, precisamos pensar num currículo que ofereça subsídios para que os alunos com deficiência possam aprender conteúdo específicos concomitantemente ao ensino comum, e que não entendam este especializado como oferecer a este aluno um ensino facilitado ou diferente dos demais alunos por acreditar que o aluno devido a deficiência não consiga aprender como os demais, isso realmente é um absurdo porque o ensino especializado é tornar a aprendizagem deste aluno mais acessível e que melhore sua compreensão sobre o assunto em discussão por todos em sala.

De acordo com as leituras disponíveis, o presente artigo nos leva a refletir sobre o atual cenário dos estudantes surdos ingressantes nas universidades do Brasil, com aumento da demanda dos surdos na graduação é necessário que o poder público garanta a entrada e permanência dos surdos nos cursos superiores de forma efetiva.

Atualmente, entende-se que para o acolhimento dos estudantes surdos nas universidades é de suma importância ter o profissional Tradutor e Intérprete de Libras-TILS no ensino superior. Bem visto que a lei em vigor ampara o surdo em sala de aula, assim promovendo a comunicação entre o surdo e ouvintes, bem como os currículos adaptados assim promovendo acessibilidade aos estudantes surdos e sua permanência na universidade. Vale ressaltar que as ações de permanência atualmente, seja fato, percebe-se que, com o aumento da demanda de ingressantes surdos no ensino superior cause inquietação ao poder público, assim há casos onde surdos desistem de cursar o tão desejado curso superior (Silva; Galizia 2025).

É importante alcançar as estratégias do aumento no espaço, menos barreiras, as adaptações de materiais, manutenção dos dispositivos mais acessíveis e Tradutor e Interpretação de Libras- TILS. Discute-se que tem obtido um olhar mais adequado em elementos sociais e econômicos, de acordo com a compreensão aos estudantes surdos com o desenvolvimento e aprendizagem na educação superior.

Algumas barreiras de comunicação e desenvolvimento de aprendizagem ocorreram dentro do curso entre professores e alunos do curso. Durante os momentos de trabalhos em grupo, geralmente a aluna não era escolhida nas divisões dos grupos, pois consideram os intérpretes integrantes da atividade, deixando de enxergá-la, e de entender que os profissionais são mediadores entre a aluna, os colegas e os professores.

Podemos pontuar aspectos positivos e negativos que todas as universidades no Brasil oferecem para os estudantes surdos. Sendo os positivos: O acesso a intérpretes de Libras, atualmente muitas universidades no Brasil disponibiliza intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para auxiliar os estudantes surdos em sala de aula; Políticas de inclusão, algumas instituições possuem políticas claras de inclusão e acessibilidade, garantindo que os estudantes surdos tenham acesso equitativo à educação; e Programas de apoio, sendo alguns desses programas específicos para estudantes surdos, como tutoriais especializadas e materiais adaptados, podem facilitar o aprendizado.(Silva, 2021)

Referente aos pontos negativos, apresentamos à: Falta de profissionais capacitados incluindo professores, a falta de intérpretes de Libras qualificados pode dificultar a comunicação e o aprendizado dos estudantes surdos; Barreiras arquitetônicas, é perceptível que mesmo nos dias de hoje nem todas as instituições estão totalmente adaptadas para a acessibilidade de estudantes surdos, o que pode limitar sua participação em certas atividades e nos demais espaços da Universidade; Estigma e preconceito, por falta de conscientização, alguns estudantes surdos enfrentam estigma e preconceito por parte de colegas e professores, o que pode afetar negativamente sua experiência acadêmica; e Falta de formação continuada para docentes compreender suas atribuições para com o discente surdo (Silva, 2021).

A análise das barreiras enfrentadas pela acadêmica de Enfermagem encontra sustentação no referencial teórico das políticas de inclusão no ensino superior, o qual tensiona a distância entre a garantia legal de acesso e a efetiva permanência democrática. As evidências deste estudo empírico trazem implicações diretas para as políticas e práticas de acessibilidade institucionais, demonstrando que a inclusão na

área da saúde exige ir além da presença física do intérprete de Libras nas aulas teóricas(Cruz; Soares; Vianna,2019).

Torna-se imperiosa a formulação de diretrizes institucionais específicas para os cenários de prática e estágios supervisionados, contemplando a flexibilização e a adaptação curricular de procedimentos clínicos, o desenvolvimento de tecnologias assistivas voltadas ao cuidado de enfermagem e, fundamentalmente, políticas contínuas de formação docente para o letramento em saúde e inclusão. Assim, as práticas avaliativas e pedagógicas deixam de ser barreiras excludentes e passam a se estruturar como redes de apoio capazes de assegurar a equidade na formação profissional.

4. Considerações Finais

O maior dilema enfrentado no curso superior são os impactos na qualidade de comunicação decorrentes entre os membros da universidade que oferece o curso de enfermagem, os colegas de turma e professores.

O momento vivido acerca da comunicação entre aluna surda e comunidade acadêmica ouvinte acontece em meio a muitas fragilidades e fortalezas no processo de comunicação. Estes processos serão discutidos de forma a esclarecer o quão impactante pode ser para o processo de aprendizado, podendo significar melhorias ou prejuízos na qualidade de ensino e consequentemente no sucesso dos resultados esperados na formação acadêmica.

Sabendo que comunicação é um dos principais meios utilizados para transmitir conhecimento, percebe-se que esta ferramenta usada pelos professores e alunos do curso diante dos debates efetuados por estes pares que representam o curso encontra-se com um grande dilema.

Diante do exposto fica claro reconhecer que falhas de comunicação verbal, entre os futuros profissionais e educadores, que transmitem o conhecimento e aos colegas que ali estão no seu dia a dia e como enfermeiros vão enfrentar diferentes situações que já estão em desacordo, pois logo no início da formação ignoram a aluna surda na sala da universidade e precisam compreender que a Libras é uma língua e que precisa ser respeitada conforme relatado na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

Entendendo que o curso de enfermagem é um curso muito sério que lida diretamente com cuidado e assistência à vida, é preciso o mais rápido sanar todas possíveis falhas associadas a falta de comunicação, lembrar que pessoas surdas são estudantes acadêmicos e que são recebidos nesta instituição de ensino por uma equipe

pouco preparada no que se refere ao acolhimento das diferenças, como por exemplo se comunicar, com pelo menos o básico da Libras.

5. Referências

ABRAHÃO, M.H.M.B Memoriais de formação: a (re)significação das imagens-lembranças/recordações-referências para a pedagoga em formação. Educação, v. 34, n. 2, 2011. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/faced/article/view/8708. Acesso em: 14 maio 2026.

BASTOS, J. C. F. Os desafios da inserção e da permanência do aluno surdo no ensino superior. In: 11º Simpósio de Pós-Graduação IFSULDEMINAS. Campus Muzambinho, 2022.

BENTO, R.F. et al. Tratado de implante coclear e próteses auditivas implantáveis. 2. ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2021.

BISOL, C.A. et al. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. Cadernos de Pesquisa, v. 40, p. 147-172, 2010.

BRAGA, M. C. C. Cálculo de riscos em doenças geneticamente heterogêneas: desenvolvimento de método e aplicação no caso da surdez congênita. São Paulo: Avercamp, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2001.

CARVALHO, R.E. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

CRUZ, T.X; SOARES, W.D; VIANNA, R.S.M. Inclusão de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior: Uma Revisão Integrativa. Revista Portal: Saúde e Sociedade, v. 4, n. 1, p. 1062-1075, 2019.

FERREIRA, E.S; MIRANDA, A.S. Acessibilidade para o ingresso e permanência do estudante surdo no ensino superior: apresentação de produto educacional. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 17, n. 36, p. e19240, 2024.

GESSER, A. Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOFFREDO, V.L.S.F. A inclusão da pessoa surda no ensino superior. Fórum, Rio de Janeiro, v. 10, p. 16-22, dez. 2004.

LEBEDET et al. Letramento visual e surdez. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.

LEITE, L. P.; MARTINS, S. E. S. Fundamentos e estratégias pedagógicas inclusivas: respostas às diferenças na escola. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. Disponível em: http://www.unesp.br/Home/publicado/livro-fundamentos_leite_martins2012. Acesso em: 19 maio 2026.

LIMA, P. A.; VIEIRA, T. Surdos: a(s) linguagem(ns) como sistemas de representação e organização mental. São Paulo: Avercamp, 2006.

MELLO, D.; MURPHY, S.; CLANDININ, J. Introduzindo a investigação narrativa nos contextos de nossas vidas: uma conversa sobre nosso trabalho como investigadores narrativos. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica, v. 1, n. 3, p. 565-583, 2016. DOI: 10.31892/rbpab2525-426X.2016.v1.n3.p565-583.

PIMENTEL, S.C. (org.). Estudantes com deficiência no ensino superior: construindo caminhos para desconstrução de barreiras na UFRB. Cruz das Almas, BA: NUPI/PROGRAD/UFRB, 2013.

QUADROS, R.M. de; SCHMIEDT, M. L. P. Ideias para ensinar português para alunos surdos. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2006.

RICHARTZ, T.; OLIVEIRA, T. L. Formação continuada de professores ao incluir aluno surdo no ensino: relato de experiências. Revista Diálogo Educacional, v. 21, n. 70, p. 1036-1052, jul./set. 2021.

SANTOS, A. E. Desafios da inclusão de uma aluna surda no ensino superior. In: Transição para a vida adulta: percursos reais, possíveis e desejáveis. v. 1, p. 187-198, 2019.

SILVA, A. C. et al. Condições de permanência dos estudantes surdos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2021.

SILVA, F. T. S. Educação não inclusiva: a trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPE). 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SILVA, L. M. da. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33, set./dez. 2006.

SILVA, Y.R.R.C.G. da; GALIZIA, F.S. A inclusão de estudantes surdos no ensino superior: desafios dessa realidade1. Educação e Pesquisa, v. 51, 2025.

SOUZA, J. M. P. de; SENNA, L. A. G. S. A narrativa (auto)biográfica na pesquisa em educação: uma prática de linguagem reflexiva. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica, v. 8, n. 23, p. e1103, 2023. DOI: 10.31892/rbpab2525-426X.2023.v8.n23.e1103. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/10785. Acesso em: 23 ago. 2023.

VENAS, R. F.; ALVES, R. de O. Dimensões formacionais para uma gestão colegiada: experiências (auto)biográficas de coordenadores(as) do curso de pedagogia. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica, v. 8, n. 23, p. e1102, 2023. DOI: 10.31892/rbpab2525-426X.2023.v8.n23.e1102. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/13937. Acesso em: 23 ago. 2023.